

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONQUISTA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL NO BRASIL

LA PRÉÉMINENCE DES MOUVEMENTS SOCIAUX DANS LA CONQUÊTE DE L'ÉDUCATION COMME DROIT SOCIAL AU BRÉSIL

Ana Maria Morais Costa¹
Antônia Janikele Queiroz Albuquerque²

RESUMO

A presença de lutas e reivindicações pela educação como direito social provavelmente ocorreu em todo o processo de organização e evolução da educação no Brasil, embora se verifique nos estudos da historiografia nacional, e nas consequentes periodizações, poucos registros das ações empreendidas por diferentes segmentos sociais em defesa da educação, nas diversas lutas contra as injustiças sociais no período Colonial (1500 a 1822), Império (1822 a 1889) e primeira República (1889 a 1930). Efetivamente, esse debate não se constituiu como preocupação nacional e problema governamental até o início do século XX. Esse trabalho discute o protagonismo dos movimentos sociais na constituição, formação e consolidação de conquistas no âmbito da educação no Brasil. Tem por base um estudo realizado com o PIBID de Ciências Sociais da

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Foi utilizado no referido estudo, a metodologia da linha de tempo como instrumento de reconstrução histórica das lutas sociais no Brasil, numa releitura dos fatos a partir dos procedimentos teóricos – metodológicos da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, Santos (2010), e do diálogo com diversos autores que estudam a temática em tela. O estudo realizado aponta que o silêncio com que essas lutas foram tratadas pelas Ciências Sociais é resultado do processo de reprodução de conhecimento que prioriza grandes eventos, produzindo desse modo, a ausência de diversas lutas, dentre elas, a luta pela educação, tornando-as fragmentadas e descontinuas ao longo da história do Brasil. Em decorrência dessa ausência, somente a partir do início do século XX se tornam visíveis, as lutas em torno da educação pública no Brasil. Nos períodos anteriores há uma

¹ Doutorado em Ciências Sociais (UFRN). Professora do Departamento de Ciências Sociais UERN.

² Licencianda em Ciências Sociais (UERN). Bolsista do PIBIC Ciências Sociais (UERN).

convergência para a questão da independência da república, da abolição da escravidão. A construção da linha do tempo revelou que a despeito de contextos históricos, sociais e culturais diferentes, as lutas e reivindicações no debate nacional sobre a educação como direito social, de certo modo, se inscrevem em uma linha complementar e em diálogo com as lutas e reivindicações historicamente presentes na sociedade brasileira e também, que a existência de lutas e mobilização social em torno da educação precede a construção desta como direito social. Embora a diversidade de práticas coletivas nem sempre sejam complementares, é possível identificar que há entre elas um elo que foi fortalecido em todo o processo de lutas e reivindicações contra injustiças sociais, evolução da organização da educação e do sistema escolar no Brasil. Esse forte elo diz respeito ao enfrentamento às causas da desigualdade social, como componente estrutural da sociedade brasileira, que em cada período histórico se apresenta com um formato específico, o que demanda por parte da sociedade civil organizada diferentes formas de lutas e reivindicações, assim como amplia e/ou ressignifica bandeiras de lutas e formas de resistência, mobilização e reivindicação.

Palavras-chave: Protagonismo; Movimentos sociais; Educação.

RÉSUMÉ

Il est probable que les luttes et les revendications pour l'éducation comme droit social se sont poursuivies tout au long du processus d'organisation et d'évolution de l'éducation au Brésil. Cependant, on trouve peu d'études dans l'historiographie nationale et peu de registres des actions entreprises par différents segments sociaux en défense de l'éducation, dans les différentes luttes contre l'injustice pendant la période coloniale (1500-1822), l'empire (1822-1889) et la première République (1889-1930). En effet, un tel débat ne s'est pas constitué comme préoccupation nationale et problème de gouvernement jusqu'au début du XXe siècle. Le présent travail examiné la prééminence des mouvements sociaux dans la constitution, la formation et la consolidation des conquêtes éducatives au Brésil. Il s'appuie sur une étude réalisée en tant que PIPID de ciencias sociales de l'Université de l'Etat de Rio Grande do Sul (UERN). La méthodologie employée est celle de la ligne du temps comme instrument de reconstruction historique des luttes sociales au Brésil. La relecture des faits a eu lieu à partir des procédés théoriques et méthodologiques d'à sociologie des absences et d'à sociologie des émergences (SANTOS, 2010), et du dialogue avec divers auteurs que ont étudiés la thématique à l'écran. L'étude en question indique que le silence que engloba ces luttes par les Sciences Sociales est le résultat du processus de reproduction de la connaissance que acorde la priorité aux grands événements, taisant par là même les diverses luttes, parmi les quelles la lutte pour l'éducation, laquelle apparaît

fragmentée et discontinue dans l'histoire brésilienne. Ce n'est qu'à partir du début du XXe siècle que deviennent visibles les luttes pour l'éducation publique au Brésil. Pendant les périodes antérieures, il y a une convergence pour la question de l'indépendance de la république et de l'abolition de l'esclavage. La construction de la ligne du temps révèle qu'en fonction de contextes historiques, sociaux et culturels différents, les luttes et revendications sur l'éducation n'apparaissent au débat national comme droit social que comme une ligne complémentaire, en dialogue avec les luttes et revendications historiquement présentes dans la société brésilienne. Elles montrent également que l'existence de luttes et de mobilisation social à propos de l'éducation précède la construction de ce droit social. Bien que la diversité des pratiques collectives ne soit pas toujours complémentaire, il est possible d'identifier entre elles un lien que s'est renforcé pendant tout le processus de luttes et de revendications contre l'injustice sociale, l'évolution de l'organisation de l'éducation et du système scolaire au Brésil. Ce lien fort en relation des causes de l'inégalité sociale en tant que élément structurel de la société brésilienne dans chaque période historique se présente sous un format spécifique ce que demande de la part de la société civiles organisée diferentes formes de luttes et de revendications, et même donner de l'amplitude ou une nouvelle signification aux luttes et aux formes de résistance, mobilisation et revendication

Mots-cles: Prééminence; Mouvements sociaux; Éducation

INTRODUÇÃO

Assumimos como ponto de partida para esse estudo, a hipótese de que a presença de lutas e reivindicações pela educação como direito social provavelmente ocorreu em todo o processo de organização e evolução da educação no Brasil. Essa perspectiva orientou esse trabalho, que tem como objetivo verificar a participação dos movimentos sociais na constituição, formação e consolidação de conquistas no âmbito da educação no Brasil e o protagonismo que exerceu em tais processos. A ideia surgiu em uma oficina realizada com o PIBID de Ciências Sociais da UERN que teve como título: Movimentos Sociais e Reivindicações Contemporâneas. Como motivação inicial foi discutida as seguintes perguntas-guias: 1) Que são movimentos sociais e qual o seu papel na sociedade? 2) Quais são as formas de demandas e lutas da sociedade civil brasileira, organizadas em movimentos sociais ou em redes de mobilizações e associações civis na atualidade? 3) É possível estabelecer um elo entre os movimentos sociais atuais e os movimentos sociais no passado? Posteriormente, na oferta do componente curricular Movimentos Sociais, uma das participantes do PIBID de Ciências Sociais, autora desse trabalho retomou a discussão iniciada naquela oficina, especificamente na pergunta-guia número três direcionando-a para a pauta da educação.

Pensar a existência ou não de um elo entre as demandas postas para os movimentos sociais na atualidade e os movimentos sociais no passado surgia como necessidade de fundamentar uma análise

investigativa que assumia a seguinte formulação: A despeito de contextos históricos, sociais e culturais diferentes, as lutas e reivindicações no debate nacional sobre a educação como direito social, de certo modo, se inscrevem em uma linha complementar e em diálogo com as lutas e reivindicações historicamente presentes na sociedade brasileira.

Optamos como construção metodológica do trabalho o uso da linha de tempo como instrumento de reconstrução histórica das lutas sociais no Brasil, numa releitura dos fatos a partir dos procedimentos teóricos – metodológicos da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, Santos (2010), e do diálogo com diversos autores que estudam a temática em tela, como: Gohn (2012; 2010; 1997; 1995), Tarrow (2009), Dagnino (1994) e Scherer-Warren (1993). Partindo-se dessa base conceitual foi privilegiada a relação dos Movimentos Sociais com a pauta da educação brasileira destacando as conquistas obtidas na política educacional e na consolidação da educação como direito social inalienável.

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AGENDA DA EDUCAÇÃO

A construção da linha de tempo nos levou a verificação de que há poucos registros nos estudos da historiografia nacional, e nas consequentes periodizações, das ações empreendidas por diferentes segmentos sociais em defesa da educação, nas diversas lutas contra as injustiças sociais no período

Colonial (1500 a 1822), Império (1822 a 1889) e primeira República (1889 a 1930). “Usualmente essas ações aparecem nos registros e estudos históricos como acontecimentos marginais, disfunções à ordem social vigente. Várias se transformaram em movimentos, lutas prolongadas, outras se institucionalizaram e foram incorporadas ou absorvidas pela sociedade civil e política brasileira” (GOHN, 1995, p. 07).

Gohn (1995) chama a atenção para a necessidade da realização de estudos sobre movimentos e lutas empreendidas pela sociedade civil, em especial pelas camadas populares, em torno de demandas e reivindicações. Para a autora, é fundamental que estes estudos recuperem a dimensão de resistência e de combatividade dessas lutas, rejeitando abordagens que as classificam como simples revoltas ou atos de insubordinação, rebeliões contra a ordem estabelecida e de desobediência civil.

No dizer de Santos (2007), o silêncio e a indiferença com que essas lutas foram tratadas pelas ciências sociais é resultado do processo de produção de conhecimento, hegemônico até os dias de hoje, que se insere numa escala dominante, centrada no universalismo, na globalização e na produção mercantil do trabalho e da natureza. Recuperar a história dessas lutas implicaria na adoção de um novo modo de produção do conhecimento perpassado pela dialética do mapeamento das ausências e das emergências, das pistas que sinalizam uma nova cultura emancipatória na diversidade e multiplicidade do mundo, de compreender a construção da democracia e da cidadania no possível histórico.

A produção dessa ausência torna as diversas lutas e manifestações pela

educação fragmentada e descontínua ao longo da história, tornando invisível e inteligível o seu contorno nas realidades sociais que contam a história do Brasil. O seu desvelamento implicaria em aprimorar a identificação dos silêncios e das ignorâncias que definem as incompletudes das culturas, das experiências e dos saberes produzindo a invisibilidade dessas lutas (SANTOS, 2010).

Em decorrência dessa ausência, somente a partir do início do Século XX, se tornam visíveis as lutas em torno da educação pública no Brasil. Nos períodos anteriores, inclusive na segunda metade do Século XIX com a eclosão de muitas lutas e mobilizações, a ausência da temática predomina. O relato dessas lutas converge para a questão da independência, da república, da abolição da escravatura. Logicamente essas questões ocupavam a grande parte da agenda das lutas sociais, mas não exclusivamente. Neste sentido Gohn (1995) assevera “podemos dizer que aqueles movimentos envolviam aspectos da luta pela cidadania, identidade, assim como a luta por questões que interferiam no cotidiano dos meios coletivos urbanos.” (GOHN, 1995, p 40).

Há de convir que, os processos de naturalização das desigualdades sociais, de edificação de uma sociedade hierarquizada e autoritária, da imposição de uma língua e de uma religião, da exploração da pessoa pelo trabalho, dificilmente teriam se instalado na sociedade, sem a recorrência por parte dos dominantes, aos mecanismos de convencimento e repressão. Dentre eles, a educação, a religião, os castigos físicos. Assim como, sem resistências por parte dos dominados.

Cabe aqui lembrar, que quando teve início o processo de colonização, o território brasileiro era habitado por numerosos povos indígenas, os quais tinham formas próprias de organização social e vivências de processos educativos na tribo, por meio de tradições, códigos de linguagens, danças, festas e rituais religiosos. Os colonizadores trazem os Padres da Companhia de Jesus e de outras Ordens Religiosas para difundir valores, docilizar os índios para a convivência servil e introduzir o princípio do trabalho a serviço do enriquecimento do outro. Em outras palavras destruir o espírito comunitário, a mística na relação com a natureza e a liberdade da mulher e das crianças na participação como igual na vida social. O êxito desse processo dependeria da educação e da religião, como dois lados de uma mesma moeda que conduziria à conquista e submissão dos nativos à nova ordem que se instalava no território. O uso dos dogmas e princípios cristãos se constituía como preparação da mão-de-obra para os serviços domésticos e exploração das riquezas da terra.

Também em grande número foram os africanos capturados na África e trazidos para o trabalho escravo no Brasil. Eles também tinham um modo próprio de ser e viver em sociedade, na linguagem, na religião, no modo de produção, na vivência da afetividade, nos rituais, e na educação das novas gerações. As diferenças entre a cultura dos portugueses, dos africanos escravizados e a dos nativos deram origem a muitos conflitos, divergências e contestações, para além da forma de trabalho. Tribos inteiras foram dizimadas, outras se rebelaram e resistiram, e outras

se aculturaram. Os africanos já começam a resistência nos navios com fugas e até com suicídio se jogando ao mar. A resistência mais organizada foram a dos quilombos e da religiosidade.

Nossa compreensão é que nessa conflituosa arena já perpassava a questão da educação tipificada na evangelização para a civilização dos indígenas alicerçada na formação de valores morais e éticos, de comportamento adequado à estrutura social e política hierárquica e autoritária.

A educação formal, segundo os historiadores teve início em 1549, com a criação pelos Jesuítas de 17 colégios, seminários e internatos, com quatro cursos: Elementar, Humanidades, Artes ou Ciências, Teologia e Filosofia, destinados aos filhos de Portugueses (fazendeiros e Senhores de Engenhos). Os Jesuítas criaram também aldeamentos destinados à catequese e civilização dos nativos.

A organização social no Brasil durante séculos a sociedade brasileira permaneceu patriarcal e agroexportadora, fundada na grande propriedade rural, na força de trabalho dos africanos e seus descendentes, na monocultura e na extração de minerais. Durante séculos índios, africanos, posseiros, boticários, comerciantes, lavradores, meeiros, barqueiros, oleiros, alfaiates, tecelões, abatedores, carregadores, benzedeadas, amas de leite, etc. se organizaram e lutaram por direitos sociais. Algumas dessas lutas ganharam visibilidade e foram registradas, como: O quilombo dos Palmares que teve início em 1630 e juntou vinte mil negros. Alguns historiadores afirmam que antes deste surgiram, por volta de 1580, muitos outros quilombos. A guerra dos Mascates (1710), a Conspiração do Rio de Janeiro (1794),

a Conjuração Baiana (1798); a Balaiada (1838 – 1841), a Cabanagem (1835 – 1840), a Confederação do Equador (1824), o Movimento Praieiro (1848), a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), a Inconfidência Mineira (1844 – 1848), dentre outras. Foram lutas contra a prepotência, arrogância das oligarquias, centralização do governo, o monopólio de atividades comerciais, as formas autoritárias de cobrança de impostos, a escravidão, as condições de vida da população e contra as injustiças sociais.

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

Durante o período Colonial (1500 a 1822), Império (1822 a 1889) e início da primeira República (1889 a 1930), a educação foi destinada exclusivamente para os filhos das elites. Esse fato não se constituía como uma injustiça social? Dito de outra forma, a pauta da educação, não estaria presente dentre as lutas contra as injustiças sociais? A pergunta só encontrará registros que subsidiem uma resposta somente a partir dos anos vinte do século passado. Essa ausência aponta para a necessidade de estudos que busque nas experiências de resistência e luta contra as injustiças sociais às reivindicações pelo acesso à educação, assim como outras lutas específicas de minorias.

É nos primórdios da República que a temática da educação aparece como preocupação nacional, junto às diversas outras demandas em decorrência do processo de urbanização e desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Conforme Gohn (2005, p. 61), como decorrência do avanço

do processo de urbanização propiciado pela economia do café, na região centro-sul. A questão do trabalhador migrante tomará a centralidade que teve a questão do escravo na 2ª metade do Século XIX, sem que esta tenha sido resolvida. Há um direcionamento do debate social para o acirramento das lutas sociais urbanas, como: o rebaixamento dos gêneros alimentícios e congelamento de alugueis, assim como por questões que interferiam no cotidiano dos meios coletivos urbanos. Inicia-se um ciclo de lutas associadas ao operariado. Em 1892 registra-se a existência de greves em unidades fabris e de serviços coletivos no Rio de Janeiro e São Paulo, tanto na capital, como no interior e de Movimentos Sociais Populares. Esse ciclo de greves prosseguiu até 1929 (GHIRALDELLI JR., 1987).

A reivindicação por educação vai, aos poucos, ecoando nestes espaços, com a criação de diversas ligas operárias com programas de escolas primárias, e com a exigência do ensino público para todos, nos jornais operários e das organizações negras. Destaca-se, porém, que é no interior da organização dos setores diretamente ligados ao ensino, como professores e estudantes que se consolida a luta reivindicativa pela educação pública.

Porém, somente a partir da segunda década do século XX é que efetivamente a temática da educação ocupa o debate nacional, ganhando maior visibilidade e relevância. Nos anos 30, o debate se estrutura em torno da reivindicação da elaboração de um Plano Nacional de Educação. Posterior aos anos 30, outro momento significativo de efervescência, ocorre, por meio do debate em defesa da escola pública, universalização da educação,

erradicação do analfabetismo, democratização do acesso à universidade e o questionamento à elitização do ensino superior no Brasil. Esse debate foi protagonizado nos anos de 1950 e 1960, com a atuação de intelectuais, do movimento estudantil, de associações de professores e o surgimento de diversos movimentos de educação popular que desenvolveram atividades de educação e cultura.

Cumpramos registrar, que para a institucionalização da educação como direito social, assume relevância as mobilizações da Campanha em Defesa da Escola Pública desencadeada em 1959 liderada por Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e Roque Spencer Maciel de Barros reunindo diversos intelectuais num movimento em defesa da escola pública; bem como, a atuação do movimento de estudantes; do ANDES criado em 1981; da CUT criada em 1983; da CNTE fundada em 1989. Destacam-se também, a realização de diversos congressos e fóruns construídos para debates e reivindicações, e ainda as intensas mobilizações, que ganharam visibilidade, sobretudo por históricas greves protagonizadas em todos os estados do Brasil. Outro importante destaque é a articulação dos movimentos sociais no Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública durante o processo constituinte e sua forte presença na discussão e aprovação da LDB/1996 que vai possibilitar diversas outras iniciativas fundamentadas no princípio da educação como direito social e, deste modo, instrumento de promoção da cidadania, redução das desigualdades e consolidação do desenvolvimento social e econômico do País.

As demandas específicas que hoje se apresentam por meio do conjunto de

ações afirmativas e de educação especial, como a educação do campo, educação escolar indígena e os programas de inclusão e diversidade no ensino superior, na época já se faziam presentes como pautas e como participação dos sujeitos coletivos, no conjunto de entidades que formaram o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública.

Como forma de dar vida a esse argumento, o nosso estudo nos conduziu a situar os movimentos sociais emergentes a partir das últimas décadas do século XX numa continuidade histórica de resistências e enfrentamentos à desigualdade social. E, as iniciativas, sobretudo nas Universidades e Institutos Federais, por meio do conjunto de ações denominadas de ações afirmativas como conquistas que respondem a uma demanda historicamente construída.

À luz desse raciocínio percebemos que a principal sustentação política das ações afirmativas é a compreensão da desigualdade social como componente estrutural da sociedade brasileira e sua estreita relação com a exclusão social e étnica protagonizada pelo estado e sistema educacional aos negros e índios e aos povos do campo, por meio dos processos simbólicos de inferioridade e invisibilidade, resultante de experiências de negação da identidade social. A estes, se somam também as pessoas com deficiência e outras minorias organizadas em torno da luta pela diversidade na educação superior. Suas reivindicações incorporaram elementos do pertencimento e da diversidade cultural, por meio de ações de reconhecimento e reparação frente à construção histórica da desigualdade social no Brasil e aos preconceitos presentes na educação.

Construídas no interior dos movimentos sociais, as ações afirmativas são conquistas políticas e educacionais permeadas pelas ideias de democracia, multiculturalismo, diferença e igualdade. Questionam desigualdades sociais históricas que se transformaram em desigualdades educacionais, estereótipos e preconceitos étnico-raciais, regionais, de gênero e geracionais, trazendo para a linha de frente as contradições dos conceitos universais que escondem as desigualdades historicamente construídas por meio de um complexo ordenamento social. Provocam às universidades a repensar a sua missão como instituição pública e bem social.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS CONQUISTAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PNE (2014-2024): LUTAS E REIVINDICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A convergência de diversas lutas sociais pelo direito à educação e as iniciativas adotadas nos últimos anos incidiram fortemente na elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 (PNE), seja pela inserção de propostas, seja pela participação ativa dos movimentos sociais nos espaços de interlocução e elaboração do PNE.

Nesta direção identificamos, que o debate nacional em defesa da escola pública e com foco na perspectiva da organização da educação por meio de um plano nacional teve início nos anos 30 do século

XX. O contexto era de disputa política pela condução das ações a serem desenvolvidas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (MASP), em 1930; de caloroso debate sobre a preparação da Assembléia Constituinte de 1933; de institucionalização de instâncias de proposição e normatização de matérias referentes à educação, por meio da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituído pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931; e de organização política de educadores.

O primeiro documento público a apresentar a necessidade da organização da educação nacional por meio de um plano geral foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, mas esse grito que ecoou no cenário nacional estava presente também em diversos outros fóruns, como no Conselho Nacional de Educação (CNE) e na Associação Brasileira de Educadores (ABE), principalmente na V Conferência Nacional de Educação, realizada em Niterói.

Durante o século passado foram elaborados dois planos de educação. O primeiro, no período de 17 de fevereiro a 17 de maio de 1937, em 50 reuniões plenárias do CNE. O anteprojeto foi entregue ao Ministro de Educação em 18 de maio de 1937 para os procedimentos formais, tais como encaminhamento à Presidência da República e envio à Câmara dos Deputados. Na Câmara, o projeto foi encaminhado para apreciação na Comissão de Cultura e Educação, porém, o golpe de estado de Getúlio Vargas dissolve o poder legislativo, e os ideais de organização da educação nacional são suplantados durante o denominado Estado Novo.

O segundo foi elaborado e aprovado em 1962, como proposição da primeira LDB (Lei 4.024/61), mas em decorrência das turbulências políticas que antecederam o Golpe Militar e as consequentes rupturas com as ideias democráticas e com o modelo de educação presente no referido plano, não seria executado.

Pelo exposto, podemos dizer que, antes do século XXI, não houve efetivamente no Brasil um Plano Nacional de Educação. Em 1937 o plano elaborado pelo CNE não foi aprovado pelo Poder Legislativo nem sancionado pelo Executivo, permanecendo na condição de anteprojeto, e o plano elaborado e aprovado pelo CFE em 1962 não foi implementado. Somente em 09 de janeiro de 2001, é finalmente aprovado o Plano Nacional de Educação para o primeiro decênio do Século XXI.

O PNE 2001 – 2010 aprovado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi originado a partir da pressão social de diversos movimentos sociais e várias entidades, que reivindicavam o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), que estabelece o prazo de um ano para o governo federal, com a participação dos estados, municípios e da sociedade, elaborar e acompanhar o Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos.

Apesar da participação da sociedade civil organizada se constituir em preceito legal, o processo de elaboração do PNE não ocorreu em um espaço de diálogo entre governo e sociedade, resultando em duas propostas no Congresso Nacional: uma apresentada pelo poder executivo e outra pela sociedade civil. A proposta da sociedade civil - “PNE: proposta da sociedade brasileira” - foi elaborada em um

amplo debate coordenado pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública. Depois de um longo processo de debate envolvendo as duas propostas, em 2001, o Congresso Nacional aprova a proposta apresentada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei 10.172/2001. Ainda assim, o projeto teve nove vetos presidenciais, todos voltados para o financiamento, cinco dos quais para o ensino superior.

Salienta-se, porém, que embora a elaboração e aprovação do PNE tenham ocorrido no Governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como o início da sua vigência, a sua implementação se deu efetivamente durante as duas gestões do governo Lula (2003-2010). As dificuldades de efetivação das ações propostas, de certo modo, colaborariam para o aprimorando do referido plano e ao mesmo tempo para a incorporação de algumas demandas da sociedade brasileira, como por exemplo, o conjunto de iniciativas denominadas de ações afirmativas.

Os processos de avaliação e a constituição de espaços de debates e proposição das políticas públicas como as conferências nacionais, sobretudo as relacionadas com a educação, com o pertencimento étnico-racial e com os direitos humanos colaboraram para o acúmulo de debate para a proposição do PNE 2014-2024 e a viabilização de espaços de debate e elaboração de propostas.

Neste sentido, o debate ocupou espaços para além do setor educacional e daqueles constituídos para diálogos, proposições e construção de acordos. Dentre os quais destacamos a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada de 28 de março a 1º de abril de 2010,

em Brasília/DF, que foi precedida de conferências municipais, intermunicipais e estaduais, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação (FNE). Porém, o PNE ocupou o debate também na Câmara Federal, onde foi alvo de intensa batalha, mais especificamente nas Comissões de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, por ocasião das apresentações e aprovações de emendas. Um processo que contou com ativa participação dos movimentos sociais e resultou em 2.916 emendas, se constituindo como o projeto que mais recebeu emendas, superando inclusive a Constituição Federal em 1988.

O novo PNE foi aprovado na Câmara dos Deputados em 28 de maio de 2014, e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 26 de junho do ano corrente, sem nenhum veto. Em seu processo de construção e aprovação o PNE (2014-2024) contou com a significativa presença dos movimentos sociais em todo processo de elaboração, que tomou como referência as deliberações da CONAE 2010 e intensificou com outras proposições.

Os acontecimentos vivenciados nos últimos meses, após os diversos desdobramentos do processo de impedimento da Presidenta da República Dilma Rousseff e a posse do Vice-Presidente Michel Temer tem exigido forte atuação dos movimentos sociais em defesa da educação como direito social.

Dentre as diversas lutas empreendidas pelos movimentos sociais no atual contexto brasileiro visibilizadas, sobretudo pelas ocupações de escolas, universidades e institutos federais e paralizações nacionais, podemos citar: contra à Lei da Mordaza – nome adotado

pelos movimentos sociais para o projeto de Lei Escola sem partido, contra o PLP 257; contra à reforma do Ensino Médio; contra a diminuição de vagas nas universidades e institutos de educação superiores contra aPEC 241, proposta de Emenda à Constituição nominada na Câmara dos Deputados como PEC 241 e no Senado como PEC 55 foi apresentada pela equipe econômica do governo Michel Temer. Tem como principal objetivo congelar gastos em saúde e educação por 20 anos. A proposta, também chamada de PEC do Teto de Gastos, tem como objetivo limitar despesas com saúde, educação, assistência social e Previdência, por exemplo, pelos próximos 20 anos, conforme a proposta o Novo Regime Fiscal prevê que tais gastos não poderão crescer acima da inflação acumulada no ano anterior.

Ocorre, porém, que as vinculações de receitas das receitas da união são fundamentais para a efetivação das conquistas sociais garantidas na Constituição Federal de 1988 com o objetivo de priorizar e preservar o gasto público nessas áreas fundamentais, independentemente do governo que estivesse no poder por considerar que a melhoria da educação e da saúde, no entanto, é elemento básico do desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Apresentamos como objetivo principal deste trabalho, discutir o protagonismo dos movimentos sociais na conquista da educação como direito social. Neste sentido, buscamos articular as conquistas políticas no âmbito da educação no Brasil,

com as lutas e as mobilizações dos movimentos sociais pela educação como direito social, evidenciando o caráter histórico e o elo decorrente do enfrentamento às desigualdades sociais que se apresentam em cada época com contornos específicos. Para fundamentar o estudo, lançamos mão da história na recuperação de alguns fatos que demonstram a existência da luta pelo direito à educação por meio das lutas gerais que permeiam a história e a conquista da cidadania no Brasil.

Nesta direção, a organização social foi fundamental para a conquista da educação como direito social consolidado pela Constituição Federal de 1988.

Parece-nos importante assumir como um fio condutor a ideia de que, a despeito de contextos históricos, sociais e culturais diferentes, as lutas e reivindicações emergentes no debate nacional sobre a educação como direito social, de certo modo, se inscrevem em uma linha complementar e em diálogo com as lutas e reivindicações historicamente presentes na sociedade brasileira.

Embora a diversidade de práticas coletivas nem sempre sejam complementares, é possível identificar entre elas um elo que foi fortalecido em todo o processo de lutas e reivindicações contra as injustiças sociais e evolução da organização da educação no Brasil. Esse forte elo diz respeito ao enfrentamento às causas da desigualdade social como componente estrutural da sociedade brasileira, que em cada período histórico se apresenta com um formato específico, o que demanda por parte da sociedade civil organizada diferentes formas de lutas e reivindicações, assim como amplia e/ou ressignifica

bandeiras de lutas e formas de resistência, mobilização e reivindicação.

Desse modo, podemos afirmar que a educação, como direito social no Brasil, é conquistada a partir do amadurecimento das lutas sociais e a participação efetiva dos movimentos sociais no debate sobre a responsabilidade do Estado na redução da desigualdade e o acesso como direito inalienável da pessoa cidadã.

Não por acaso, as conquistas relacionadas à educação como direito social são centralmente afetadas pela agenda conservadora e restritiva de direitos imposta pelas políticas propostas e em discussão no Congresso Nacional na conjuntura atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei 9394/96, 20 de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Conferência Nacional de Educação**, Brasília, DF: 2010.

COSTA, A. M. M. **Movimentos Sociais e Educação superior**: Ação Coletiva e Protagonismo na Construção do Plano Nacional de Educação (2014-2024). 2014. F. 250. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DAGNINO, Evelina. A emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GERMANO, Jose Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: vozes, 2010.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932) **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 65 n. 150 p. 407 – 425 maio/agosto 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São. Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento – Movimentos Sociais e confronto político.** Vozes, Rio de Janeiro: 2009.